



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 177004 - DF (2021/0004133-7)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
SUSCITANTE : GOMES DE BARROS E BUENO ADVOGADOS
SUSCITANTE : ROSAS ADVOGADOS
SUSCITANTE : SG 4870 II FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NAO-PADRONIZADOS
ADVOGADOS : SANDALO BUENO DO NASCIMENTO FILHO - DF028362
LÍCIA GOMES DE BARROS DE SOUZA - DF008531
GRACE MARIA FERNANDES MENDONCA - DF009469
DANIEL VIDAL BARBOSA PINTO - SP419218
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 9ª VARA CÍVEL DE BRASÍLIA - SJ/DF
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE MACEIÓ - AL
INTERES. : UNIÃO

DECISÃO

Cuida-se de CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA suscitado por GOMES DE BARROS E BUENO ADVOGADOS, JC480 II FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS e ROSAS ADVOGADOS contra o JUÍZO DA 9ª VARA FEDERAL DO DISTRITO FEDERAL e o JUÍZO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MACEIÓ (AL).

Alegam os suscitantes que o Fundo JC480 II FIDC N-P é cessionário de parte dos honorários advocatícios contratuais devidos por Triunfo Agroindustrial Ltda., tendo figurado como um dos requerentes no pedido conjunto de levantamento de valores feito incidentalmente nos autos da Execução n. 0002393-49.1999.4.01.3400. Os escritórios de advocacia suscitantes são credores/cessionários dos honorários contratuais decorrentes da referida execução.

Sustentam que os advogados Roberto Ferreira Rosas e Manoel Enildo Lins patrocinaram a ação movida pela Triunfo Agroindustrial S.A. e Usina Cachoeira S.A. perante a Justiça Federal de Brasília. O acórdão que condenou a União ao pagamento de indenização às usinas transitou em julgado em fevereiro de 1998, iniciando-se a liquidação da sentença. O valor da condenação foi ajustado na sentença que julgou parcialmente procedentes os embargos à execução ajuizados pela União. No curso dos embargos, foram contratados o escritório Gomes de Barros e Bueno Advogados e Cristina Pinheiro Machado Dantas. Do recurso especial interposto pela União não se conheceu. A União interpôs agravo regimental, que foi rejeitado pela Corte Especial do TRF1. O STJ também não conheceu do recurso especial interposto pela União. Iniciou-se

a execução do valor incontroverso, com expedição de precatórios referentes aos valores com os quais houve concordância da União. A decisão que expediu os precatórios foi proferida em 28/6/2019. Parte do valor do precatório que foi depositado pela União nos autos vinculados à 9ª Vara Federal de Brasília, em junho de 2020, é referente aos honorários contratuais.

Entretanto, o pedido de levantamento dos honorários advocatícios contratuais que deveriam ser destacados do precatório relativo ao valor incontroverso devido à Triunfo Agroindustrial Ltda. encontra-se pendente de apreciação porque os juízos suscitados se consideram incompetentes para decidi-lo.

A Triunfo Agroindustrial Ltda. encontra-se em recuperação judicial, que se processa perante a 1ª Vara Cível de Maceió (AL). Naqueles autos, ficou decidido pelo Juízo recuperacional, em 23/7/2020, que não havia óbice para que o Juízo federal fizesse a expedição dos alvarás e/ou a promoção de ordens de transferência diretamente aos beneficiários e/ou destinatários das parcelas. Em 13/8/2020, o Juízo recuperacional proferiu nova decisão determinando que o Juízo federal transferisse para o Juízo da recuperação o saldo dos direitos creditórios de propriedade da recuperanda existentes na data do pedido de recuperação judicial, em 16/10/2015, e das cessões e pagamentos efetuados com o referido ativo a partir de então, não alcançando os negócios jurídicos celebrados anteriormente à referida data. Nesse sentido, solicitou a transferência de R\$ 204,9 milhões dos cerca de R\$ 594,4 milhões objeto do precatório.

Entretanto, o Juízo federal proferiu decisão em 10/11/2020, declarando a competência do Juízo da recuperação judicial para promover a repartição do precatório e determinando o encaminhamento do valor integral do depósito para conta vinculada ao processo recuperacional.

Houve integral transferência dos valores para conta vinculada ao processo de recuperação judicial.

Novamente, o Juízo da recuperação judicial proferiu decisão autorizando a Justiça Federal a expedir os respectivos alvarás em favor dos beneficiários cujos direitos sobre o crédito objeto do precatório foram constituídos após o início da recuperação judicial e determinando a devolução do montante remanescente para o Juízo da 9ª Vara Federal de Brasília.

Nesse sentido, o Juízo da recuperação judicial afirmou que é do Juízo federal a competência para deliberar sobre o levantamento daquela parte do crédito objeto do precatório que fora cedida pela exequente Triunfo antes do início da recuperação judicial.

Ainda assim, o Juízo federal reafirmou a decisão anterior, na qual reconheceu ausência de competência.

Diante disso, foi suscitado o presente conflito negativo de competência.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Estão presentes os requisitos para o conhecimento do presente conflito de competência, diante da demonstração de que ambos os juízos suscitados – o Juízo federal e o Juízo da recuperação judicial – declararam ser incompetentes para deliberar sobre o levantamento dos valores devidos aos requerentes.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme ao estabelecer que cabe ao juízo da recuperação decidir sobre quais são os créditos e credores que estão sujeitos aos efeitos do processo recuperacional, bem como para deliberar sobre a constrição e o destino dos ativos da empresa devedora.

Nesse sentido, “a Segunda Seção do STJ consolidou o entendimento de que, uma vez iniciada a **recuperação judicial**, com a determinação da suspensão de todas as ações e execuções em face da **devedora**, ou aprovado o plano de **recuperação**, fundamental se mostra que eventuais atos constritivos dos **ativos** da sociedade em **recuperação** sejam submetidos ao crivo do **juízo** universal, sob pena de se esvaziar o propósito da **recuperação**” (AgRg no CC n. 140.082/DF, Ministro Moura Ribeiro, DJe de 19/3/2020).

No caso, já existe decisão do Juízo da recuperação judicial na qual reconhece que os valores devidos aos suscitantes não mais pertenciam à empresa devedora, mesmo antes do ajuizamento da recuperação judicial.

Há decisão expressa do Juízo recuperacional – que é competente para deliberar sobre quais ativos e créditos estão sujeitos aos efeitos do plano de recuperação judicial – esclarecendo que os valores depositados nos autos em razão do precatório que são relativos aos honorários advocatícios cedidos antes do ajuizamento da recuperação judicial não são considerados ativos da empresa em recuperação judicial e, portanto, não estão sujeitos aos efeitos do plano de recuperação judicial.

Nesse sentido, é razoável que seja fixado provisoriamente o Juízo da 9ª Vara Federal de Brasília como o competente para deliberar sobre medidas urgentes até que o mérito do presente conflito negativo de competência seja julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, designo o JUÍZO FEDERAL DA 9ª VARA CÍVEL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL (SJ-DF) para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes.

Eventuais levantamentos de valores deverão aguardar decisão definitiva no presente conflito de competência pelo STJ.

Comuniquem-se aos Juízos suscitados para que prestem as devidas informações em 10 dias, nos termos do art. 954, *caput*, do Código de Processo Civil.

Após, vista ao Ministério Público Federal.

Em seguida, sejam os autos conclusos ao relator (art. 955, parágrafo único, do Código de Processo Civil).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente